

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	8
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	9
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	22

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	42
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	45
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	46

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.028.501
Preferenciais	0
Total	3.028.501
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	424.747	419.528	404.763
1.01	Ativo Circulante	58.305	41.637	48.967
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.663	41.601	48.899
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	36	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	0	0	68
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	42.642	0	0
1.01.08.03	Outros	42.642	0	0
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	42.216	0	0
1.01.08.03.02	Impostos a Recuperar	426	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	366.442	377.891	355.796
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	366.442	377.891	355.775
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	365.026	377.015	355.775
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	365.026	377.015	355.775
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.416	876	0
1.02.01.10.03	Impostos a recuperar	1.397	876	0
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	19	0	0
1.02.03	Imobilizado	0	0	21

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	424.747	419.528	404.763
2.01	Passivo Circulante	81.634	40.649	47.081
2.01.02	Fornecedores	0	26	2.114
2.01.03	Obrigações Fiscais	8	27	258
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	45.778	40.596	26.577
2.01.04.02	Debêntures	45.778	40.596	26.577
2.01.05	Outras Obrigações	35.848	0	18.132
2.01.05.02	Outros	35.848	0	18.132
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	35.848	0	0
2.01.05.02.04	Contas a pagar por aquisição de investimento	0	0	18.132
2.02	Passivo Não Circulante	269.641	296.972	331.038
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	269.622	296.972	314.913
2.02.01.02	Debêntures	269.622	296.972	314.913
2.02.02	Outras Obrigações	19	0	16.125
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	16.125
2.02.02.02	Outros	19	0	0
2.02.02.02.03	Tributárias	19	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	73.472	81.907	26.644
2.03.01	Capital Social Realizado	18.106	18.106	1.957
2.03.02	Reservas de Capital	54.413	61.843	25.512
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	953	1.958	-825

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	130.551	126.127	46.962
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-539	-1.035	-335
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	131.090	127.162	47.297
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	130.551	126.127	46.962
3.06	Resultado Financeiro	-36.211	-39.985	-5.711
3.06.01	Receitas Financeiras	3.513	5.605	372
3.06.02	Despesas Financeiras	-39.724	-45.590	-6.083
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	94.340	86.142	41.251
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	-119
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	94.340	86.142	41.132
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	94.340	86.142	41.132
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	31,1507	43,4241	21,0144
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0	43,4241	21,0144

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	94.340	86.142	41.132
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.005	2.783	8.534
4.02.01	Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	-1.005	2.783	8.534
4.03	Resultado Abrangente do Período	93.335	88.925	49.666

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	78.147	87.023	47.911
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.844	4.175	36
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	94.340	86.142	41.251
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-131.090	-127.162	-47.297
6.01.01.03	Juros e atualizações monetárias sobre debêntures	38.377	43.478	5.851
6.01.01.04	Atualização monetária sobre contas a pagar por aquisição de investimento	0	779	132
6.01.01.05	Custo Transação Debêntures	1.219	1.207	99
6.01.01.06	Resultado com baixa de ativo imobilizado	0	21	0
6.01.01.07	Atualização financeira sobre aplicações financeiras	-2	-6	0
6.01.01.08	Adição no custo de transação	0	-284	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-992	-3.017	2.293
6.01.02.01	Tributos a compensar	-947	-998	41
6.01.02.02	Obrigações fiscais	0	121	138
6.01.02.03	Contas a pagar (Fornecedores)	-26	-2.140	2.114
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-19	0	0
6.01.03	Outros	76.295	85.865	45.582
6.01.03.01	Dividendos recebidos	99.856	108.705	45.582
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-110	0
6.01.03.03	Juros pagos sobre debêntures	-23.561	-21.819	0
6.01.03.04	Juros pagos na aquisição de investimento	0	-911	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	0	-302.831
6.02.01	Aquisição de participação adicional em coligada	0	0	-302.831
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-104.085	-94.321	303.799
6.03.01	Captação Líquida de Debêntures	0	0	335.540
6.03.02	Dividendos pagos	-65.922	-49.787	-31.759
6.03.03	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	0	18
6.03.04	Pagamento por aquisição de investimento	0	-18.000	0
6.03.05	Aplicações financeiras	40	-30	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.03.06	Debêntures pagas	-38.203	-26.504	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-25.938	-7.298	48.879
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	41.601	48.899	20
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.663	41.601	48.899

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	18.106	0	61.843	0	1.958	81.907
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-58.222	0	0	-58.222
5.02.01	Dividendos adicionais distribuídos referente a 2022	0	0	-58.222	0	0	-58.222
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	18.106	0	3.621	0	1.958	23.685
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	50.792	0	-1.005	49.787
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	94.340	0	94.340
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	50.792	-94.340	-1.005	-44.553
5.05.02.06	Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório	0	0	0	-23.585	0	-23.585
5.05.02.07	Dividendos declarados adicional	0	0	0	-19.963	0	-19.963
5.05.02.08	Dividendos propostos adicionais	0	0	50.792	-50.792	0	0
5.05.02.09	Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	0	0	0	0	-1.005	-1.005
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	18.106	0	54.413	0	953	73.472

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.957	0	25.512	0	-825	26.644
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-23.555	0	0	-23.555
5.02.01	Dividendos adicionais distribuídos referente a 2021	0	0	-23.555	0	0	-23.555
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.957	0	1.957	0	-825	3.089
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	16.149	0	59.886	0	2.783	78.818
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	86.142	0	86.142
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	16.149	0	59.886	-86.142	2.783	-7.324
5.05.02.06	Aumento de capital por subscrição realizada	16.149	0	-24	0	0	16.125
5.05.02.07	Dividendos distribuídos através de reserva para investimento	0	0	-1.542	0	0	-1.542
5.05.02.08	Reserva Legal	0	0	3.230	-3.230	0	0
5.05.02.11	Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos referente a 2022	0	0	0	-20.728	0	-20.728
5.05.02.12	Dividendos adicionais distribuídos referente a 2022	0	0	0	-3.962	0	-3.962
5.05.02.13	Dividendos adicionais propostos	0	0	58.222	-58.222	0	0
5.05.02.14	Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	0	0	0	0	2.783	2.783
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	18.106	0	61.843	0	1.958	81.907

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.957	0	16.139	0	-9.359	8.737
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-14.182	0	0	-14.182
5.02.01	Dividendos adicionais distribuídos referente a 2020	0	0	-14.182	0	0	-14.182
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.957	0	1.957	0	-9.359	-5.445
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	23.555	0	8.534	32.089
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	41.132	0	41.132
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	23.555	-41.132	8.534	-9.043
5.05.02.06	Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos referente a 2021	0	0	0	-10.283	0	-10.283
5.05.02.07	Dividendos adicionais propostos distribuídos referente a 2021	0	0	0	-7.294	0	-7.294
5.05.02.08	Dividendos adicionais propostos	0	0	23.555	-23.555	0	0
5.05.02.09	Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	0	0	0	0	8.534	8.534
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	1.957	0	25.512	0	-825	26.644

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-320	-605	-335
7.02.04	Outros	-320	-605	-335
7.02.04.01	Serviços de Terceiros	-305	-533	-286
7.02.04.02	Outros	-15	-51	-49
7.02.04.03	Resultado da baixa de ativo imobilizado	0	-21	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-320	-605	-335
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-320	-605	-335
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	134.603	132.767	47.669
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	131.090	127.162	47.297
7.06.02	Receitas Financeiras	3.513	5.605	372
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	134.283	132.162	47.334
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	134.283	132.162	47.334
7.08.01	Pessoal	51	41	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	51	41	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	168	389	119
7.08.02.01	Federais	168	389	119
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	39.724	45.590	6.083
7.08.03.01	Juros	38.377	44.685	5.983
7.08.03.02	Aluguéis	1.347	905	100
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	94.340	86.142	41.132
7.08.04.02	Dividendos	43.548	24.690	17.577
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	50.792	61.452	23.555

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2023****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2023**

A Administração da BSB Energética S.A. (“BSB Energética” ou “Companhia”) submete para apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis dos exercícios sociais findos em 2023 e 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. As informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), bem como em observância às normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards*” ou “IFRS”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board*” (IASB), aplicáveis às empresas no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

O presente documento é destinado, prioritariamente, aos acionistas da Companhia, e mantido à disposição para acesso público no website da Companhia (www.bsbenergetica.com.br) e no site da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>), em conformidade com o exigido pela legislação brasileira.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2023

1. INTRODUÇÃO

A Administração da BSB Energética S.A. (“Companhia” ou “BSB”), sociedade anônima de capital aberto registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como categoria “B” desde julho de 2022, em cumprimento às determinações legais, apresenta o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado ao mesmo período do ano anterior. Os valores estão expressos em milhares de reais.

Constituída em 24 de março de 2000, a BSB tem por objeto social, direta ou indiretamente, a geração de energia elétrica, sua comercialização e distribuição, incluindo toda e qualquer atividade relacionada ao desenvolvimento, planejamento, implantação, operação, manutenção e administração de centrais hidrelétricas, bem como a participação e investimentos em outras sociedades com atividades semelhantes ao objeto social da Companhia, como sócia ou acionista.

Seu controle acionário é detido pela Eletroriver S.A. (“Eletroriver”), com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, titular de ações representativas de 91,0% do capital social da Companhia, estando os demais 9,0% subscritos pela Companhia Energética de Brasília (“CEB”), sociedade de economia mista com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Sua atuação, está concentrada na gestão dos investimentos no capital social da Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”), investida que detém, indiretamente, o controle acionário de 13 (treze) sociedades de propósito específico (“SPEs”) titulares, respectivamente, de autorizações emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) para exploração do potencial hidrelétrico de 13 (treze) pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”), com potência instalada total de 291,5MW, localizadas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás, todas inscritas e contratadas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”).

A Brasil PCH, por sua vez, tem como únicas acionistas a Companhia e a Eletroriver, titulares, respectivamente, de ações representativas de 30% e 70% do seu capital social.

2. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

2.1. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Visão geral: Os diretores entendem que, a partir da análise e revisão das demonstrações financeiras da Companhia, essa apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo, baseada nos aspectos indicados abaixo. Apesar disso, a Companhia não pode garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando os riscos inerentes ao seu ramo de atividade bem como das suas investidas.

Endividamento líquido. O endividamento líquido da Companhia é calculado pelo valor total dos passivos, subtraído dos montantes registrados em caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras. A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado com o montante aferido em 31 de dezembro de 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2023**

Indicadores financeiros		Em	
(R\$/mil)		31/12/2023	31/12/2022
	Dívida Bruta ¹ - Passivo circulante e não circulante	351.275	337.621
(-)	Caixa e equivalentes e aplicação financeira	15.663	41.637
=	Dívida Líquida ²	335.612	295.984

O aumento da dívida líquida em R\$ 39.628 mil, equivalente à variação de 13,39%, deve-se, principalmente, à redução (R\$ 25.938 mil) dos montantes registrados à título de caixa e equivalentes de caixa, bem como pela elevação (R\$ 13.654 mil) da dívida bruta decorrente do reconhecimento no passivo circulante da obrigação de pagamento de dividendos aos acionistas (R\$ 35.848 mil) ao final do segundo semestre do ano de 2023, parcialmente compensados pela redução (R\$ 22.168 mil) do saldo apurado no âmbito da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição com esforços restritos da Companhia (“Debêntures”).

Disponibilidade de caixa. Em 2023, a Companhia encerrou o exercício com caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira no valor de R\$ 15.663, frente aos R\$ 41.601 apurados ao final do exercício de 2022, devido, principalmente, ao: (i) pagamento de dividendos aos acionistas, (ii) pagamento dos encargos financeiros e principal das debêntures, estes parcialmente compensados pelo recebimento de dividendos pagos pela Brasil PCH.

Indicadores Financeiros. O índice de liquidez corrente é calculado pela razão do saldo do (i) ativo circulante pelo (ii) passivo circulante. Já o índice de liquidez geral é calculado pela razão do (a.1) saldo do ativo circulante somado ao (a.2) ativo não circulante pelo (b.1) passivo circulante acrescido do (b.2) passivo não circulante.

Os quadros a seguir trazem o respectivo indicador para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado com 31 de dezembro de 2022:

Liquidez Corrente		Em	
(R\$ mil)		31/12/2023	31/12/2022
	Ativo Circulante(i)	58.305	41.637
	Passivo Circulante (ii)	81.634	40.649
	Liquidez Corrente ((i)/(ii))	0,71	1,02

Entre os períodos analisados, o índice de liquidez corrente demonstra que a capacidade da Companhia em honrar suas obrigações financeiras no curto prazo sofreu variação para menor equivalente a 30,27%, atingindo índice de 0,71x, frente aos 1,02x apurados em 31 de dezembro de 2022, devido,

¹ A Dívida Bruta é uma medida não contábil calculada pela Companhia, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia, a qual é composta pelo saldo de passivos circulantes e não circulantes. A Dívida Bruta não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida bruta de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

² A Dívida Líquida da Companhia é uma medida não contábil calculada pela Companhia, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia, a qual é composta pelo saldo dos passivos circulantes e não circulantes, descontada de caixa e equivalentes e aplicação financeira. A Dívida Líquida não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2023**

principalmente, à redução (R\$ 25.974) dos montantes registrados à título de caixa e equivalentes de caixa, compensada pelo aumento do montante apurado à título de dividendos a receber (R\$ 42.216 mil), bem como ao reconhecimento de dividendos a pagar no montante de R\$ 35.848 mil.

Já o índice de liquidez geral atingiu, em 31 de dezembro de 2023, o valor de 1,21x, equivalente à redução de 2,69%, se comparado com 31 de dezembro de 2022 quando apurou-se 1,24x, devido, principalmente, ao reconhecimento do saldo (R\$ 35.848) dos dividendos a pagar aos acionistas da Companhia, parcialmente compensados pela redução do saldo devedor a título de Debêntures (R\$ 22.168 mil).

O quadro a seguir traz a reconciliação do indicador nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Liquidez Geral (R\$ mil)	Em	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante (a.1)	58.305	41.637
Ativo Não Circulante (a.2)	366.442	377.891
Passivo Circulante (b.1)	81.634	40.649
Passivo Não Circulante (b.2)	269.641	296.972
Liquidez Geral [(a.1) + (a.2) / (b.1) + (b.2)]	1,21	1,24

2.2. Estrutura de Capital

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia montava R\$ 73.472 mil, ao passo que ao final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 somava R\$ 81.907 mil, apresentando, portanto, redução equivalente a 10,30%, devido, principalmente, à distribuição, ao longo do exercício de 2023, dos dividendos declarados no exercício de 2022 e dividendos intermediários apurados no período findo em 30 de junho de 2023 aos acionistas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, a estrutura de capital da Companhia contemplava 17,30% de capital próprio (patrimônio líquido) e 82,70% de capital de terceiros (passivo total), enquanto em 31 de dezembro de 2022 era composta por 19,52% de capital próprio e 80,48% de capital de terceiros, conforme evidenciado na tabela a seguir.

Indicadores de investimento	Em				2023 x 2022
	31/12/2023		31/12/2022		
	(R\$ mil)	AV %	(R\$ mil)	AV %	AH %
Patrimônio Líquido	73.472	17.30%	81.907	19,52%	(10,30%)
Passivo Total	351.275	82,70%	337.621	80,48%	4,04%
Total	424.747	100,00%	419.528	100,00%	1,24%

Os diretores da Companhia entendem que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e patrimônio líquido, apresenta níveis adequados de alavancagem.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2023****2.3. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Considerando as disponibilidades da Companhia, os valores registrados no passivo circulante e não circulante a título de debêntures, em decorrência da aquisição das ações de emissão da Brasil PCH, bem como o fluxo de recursos recebidos de seus investimentos, os diretores entendem que, nesta data de emissão deste relatório, o fluxo de caixa da Companhia está adequado às suas necessidades de curto prazo, conforme quadro abaixo:

Fluxo líquido de caixa	Exposição
(R\$ mil)	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	15.663
Títulos de dívida inferior a 1 ano	(81.634)
Caixa líquido	(65.971)

No médio e longo prazo, a capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos pela Companhia está diretamente vinculada à geração de caixa e distribuição de dividendos pela Brasil PCH, único ativo operacional da Companhia.

Nesse sentido, considerado o histórico de distribuição de dividendos pela Brasil PCH, lastreado na operação das 13 (treze) PCHs, todas (i) inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA até os anos de 2028 ou 2029, conforme o caso, (ii) integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") e (iii) optantes pela Repactuação do Risco Hidrológico, na Modalidade SP100, os fluxos de caixa da Brasil PCH e, conseqüentemente, da Companhia apresentam, no entendimento da administração, estabilidade e previsibilidade compatíveis e adequados à gestão dos seus compromissos financeiros, conforme cronogramas pactuados.

2.4. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos últimos dois exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia utilizou como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes recursos oriundos de seus investimentos na Brasil PCH.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 o recebimento de dividendos da investida da Companhia proporcionou geração operacional de caixa líquido de R\$ 78.147 (R\$ 87.023 mil em 2022), enquanto suas atividades de financiamento foram responsáveis pela geração de caixa líquido no montante negativo de R\$ 104.085 mil (R\$ 94.321 mil negativos em 2022), referentes aos pagamentos de dividendos e debentures.

2.5. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recurso para suprir eventual necessidade de capital, no curso regular dos negócios da Companhia, decorrem dos seus acionistas e/ou investimentos em coligadas.

2.6. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Com base nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia monta R\$ 322.618, equivalentes às Debêntures (R\$ 346.005 em 2022).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2023**

Para fins deste item, o nível de endividamento foi calculado considerando a soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa, e totalizou R\$ 306.955 em 31 de dezembro de 2023, contra o valor de R\$ 304.404 registrado em 2022.

As principais características do endividamento da Companhia ao final dos dois últimos exercícios, estão indicadas na tabela abaixo:

Natureza	Moeda	Atualização	Taxa de Juros % a.a.	Vencimento	Em 31 de dezembro de (R\$/mil)	
					2023	2022
Debêntures	(R\$ mil)	2021	7,04%	15/04/2030	322.618	346.005
Total de Empréstimos e Financiamentos (A)					322.618	346.005
Caixa e Equivalentes de caixa (B)					15.663	41.601
Dívida líquida de Empréstimos e Financiamentos (A)-(B)					306.955	304.404

Contratos de empréstimo e financiamento relevantes. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía apenas 1 (um) contrato de emissão de títulos de valores mobiliários relativo às Debêntures emitidas em 15 de setembro de 2021 (“Data de Emissão”), com prazo de vencimento de 8,5 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2030 (“Data de Vencimento”). Foram emitidas 345.000 (trezentas e quarenta e cinco mil) debêntures, no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo, na Data de Emissão, o valor total de R\$345.000 mil.

O valor nominal das Debêntures será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidos Amplo (“IPCA”), conforme fórmula constante da escritura de emissão (“Valor Nominal Atualizado”). Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão juros remuneratórios correspondentes a 7,04% ao ano. O pagamento da remuneração é semestral, sendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2022 e o último na Data de Vencimento. O principal será amortizado em 17 (dezessete) parcelas semestrais consecutivas, sendo a primeira parcela, já quitada, em 15 de abril de 2022 e a última na Data de Vencimento. Os recursos líquidos captados foram utilizados, principalmente, para a aquisição de participação adicional na Brasil PCH. O saldo devedor da emissão em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 322.618 mil (R\$ 346.005 em 31 de dezembro de 2022).

Outras relações de longo prazo com instituições financeiras. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquela citada no item “i” acima.

Grau de subordinação entre as dívidas. As Debêntures da Companhia são garantidas por alienação fiduciária da totalidade das ações de titularidade da Companhia emitidas pela Brasil PCH.

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens foram classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas em caso de concurso de credores. As demais obrigações foram classificadas como garantia quirográfica e não há subordinação entre elas.

Em caso de eventual concurso de credores, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e suas subsidiárias deverá seguir a ordem de preferência prevista no art. 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, qual seja, créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos tributários e créditos quirográficos, respectivamente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições. Em 15 de setembro de 2021, a Companhia realizou a emissão das Debêntures. A escritura de emissão das Debêntures possui hipóteses usuais de vencimento antecipado automático e não automático, tais como eventuais mudanças ou transferência do controle acionário da Companhia ou da Brasil PCH, operações societárias (fusão, cisão, incorporação) da Companhia ou da Brasil PCH, constituição de garantias reais sob bens de propriedade da Companhia ou da Brasil PCH, contratação de novas dívidas, incluindo nova emissão de debêntures, celebração de novos contratos de mútuo e a realização de adiantamentos para futuro aumento de capital.

Adicionalmente, a Companhia está obrigada, a partir do ano de 2022, a manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) de 1,2 (um inteiro e dois décimos por cento), ou superior, (i) semestralmente, tendo por base as demonstrações financeiras com revisão limitada por auditores da Companhia; (ii) eventualmente, em caso de distribuição trimestral de dividendos intercalares, com base em lucros acumulados após o término do exercício fiscal anterior, tendo por base demonstrações financeiras intermediárias com revisão limitada por auditores da Companhia. Ao final do exercício de 2023 apurou-se, tendo como base as demonstrações financeiras da Companhia, ICSD de 1,62x (2,25x em 31 de dezembro de 2022).

Outrossim, as Debêntures trazem ainda hipóteses de vencimento antecipado referentes a ações da Brasil PCH vinculadas a novos empréstimos e/ou financiamentos, alterações na escritura da emissão de debentures da Brasil PCH, bem como vinculadas a questões operacionais quanto à permanência das SPEs no MRE, término de determinados contratos no âmbito do PROINFA, não manutenção da repactuação do risco hidrológico e/ou determinadas modificações de características físicas dos empreendimentos.

Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados. A Companhia não possuía, nos dois últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, quaisquer empréstimos e financiamentos com limites de utilização de valores.

Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras. As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras individuais da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, aplicáveis às empresas no Brasil registradas na CVM.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1. Demonstrativo de Resultados

No quadro abaixo seguem apresentados os resultados apurados pela Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro 2023, comparados com os resultados obtidos no mesmo período do ano anterior.

Exercícios findos em 2023 e 2022:

Demonstração do Resultado	No exercício de 2023 comparado ao mesmo período de 2022	
	31/12/2023	31/12/2022

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2023**

	(R\$/mil)	AV (%)	(R\$/mil)	AV (%)	AH (%)
Resultado de equivalência patrimonial	131.090	100,00%	127.162	100,00%	3,09%
Despesas gerais e administrativas	(539)	(0,41%)	(1.035)	(0,81%)	(47,92%)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	130.551	99,59%	126.127	99,19%	3,51%
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	(39.724)	(30,30%)	(45.590)	(35,85%)	(12,87%)
Receitas financeiras	3.513	2,68%	5.605	4,41%	(37,32%)
Total	(36.211)	(27,62%)	(39.985)	(31,44%)	(9,44%)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	94.340	71,97%	86.142	67,74%	9,52%
Lucro líquido do exercício	94.340	71,97%	86.142	67,74%	9,52%

Resultado de equivalência patrimonial: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a partir da apuração de equivalência patrimonial, a Companhia reconheceu receita de R\$ 131.090 mil, enquanto no mesmo período de 2022 apurava-se R\$ 127.162 mil, representando aumento de R\$ 3.928 mil, equivalente à variação de 3,09%, resultado, principalmente, à variação para menor do IPCA incidente sobre os encargos financeiros das Debêntures da Brasil PCH ao longo de 2023 se comparado ao exercício anterior.

Despesas gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativas somaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 539 mil, enquanto no mesmo período de 2022 apurava-se R\$ 1.035 mil, representando redução de R\$ 496 mil, equivalente a 47,92%, devido, principalmente, à redução dos gastos registrados com prestação de serviços de terceiros e tributos.

Lucro antes do resultado financeiro e impostos: O lucro apurado antes do resultado financeiro e impostos em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 130.551 mil, enquanto no mesmo período de 2022 foi apurado o valor de R\$ 126.127 mil, representando aumento de R\$ 4.424 mil, equivalente a 3,51%, devido, principalmente à elevação do resultado de equivalência patrimonial.

Despesas financeiras: As despesas financeiras totalizaram R\$ 39.724 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, enquanto no mesmo período de 2022 o montante das despesas financeiras apurado foi de R\$ 45.590 mil, devido, principalmente, à redução do indexador, bem como à amortização do saldo devedor das debêntures.

Receitas financeiras: As receitas financeiras apuradas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizaram o valor de R\$ 3.513 mil, enquanto no mesmo período de 2022, apurou-se o valor de R\$ 5.605 mil, representando redução de 37,32%, decorrente, principalmente, da redução do montante registrado a título de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira.

Total do resultado financeiro: Em decorrência dos valores apurados pela Companhia como receitas e despesas financeiras, o resultado financeiro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 36.211 mil negativos, representando redução de R\$ 3.774 mil, equivalente a 9,44%, se comparado ao mesmo período de 2022, quando apurou-se resultado negativo de R\$ 39.985 mil.

Imposto de renda e contribuição social: A Companhia, enquadrada no regime de apuração pelo lucro real, não apurou valores relativos ao imposto de renda e à contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

Lucro líquido do exercício: Em decorrência dos valores apurados pela Companhia explicitados nos itens acima, o lucro líquido auferido pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 94.340 mil,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2023**

representando aumento de R\$ 8.198 mil, equivalente a 9,52%, se comparado com o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$ 86.142 mil.

Demonstrativo do Fluxo de Caixa

No quadro abaixo seguem apresentados os fluxos de caixa apurados pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparados com aqueles obtidos no mesmo período do ano anterior.

Período de nove meses:

Demonstração dos fluxos de caixa	No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 comparado ao mesmo período de 2022		
	31/12/2023 (R\$/mil)	31/12/2022 (R\$/mil)	2023 x 2022 AH (%)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	41.601	48.899	(14,92%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	78.147	87.023	(10,20%)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(104.085)	(94.321)	10,35%
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	15.663	41.601	(62,35%)

Fluxo de caixa das atividades operacionais: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apurou-se geração de caixa operacional no montante de R\$ 78.147 mil, frente aos R\$ 87.023 mil auferidos no mesmo período do exercício anterior, representando redução de R\$ 8.876 mil, equivalente à variação negativa de 10,20%, devido, principalmente, ao montante de dividendos recebidos de sua investida nos períodos em questão.

Fluxo de caixa das atividades de investimento: No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não houve registros de investimentos realizados pela Companhia.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou saldo de fluxo de caixa das atividades de financiamento negativo de R\$ 104.085 mil, frente aos R\$ 94.321 mil negativos auferidos no mesmo período do exercício anterior, representando redução de R\$ 9.764 mil, equivalente à variação de 10,4%, devido, principalmente, ao pagamento de dividendos e debêntures no período, parcialmente compensados pela quitação do pagamento por aquisição de investimento quitado no exercício de 2022.

Caixa e equivalentes de caixa: Em decorrência dos valores apurados pela Companhia explicitados nos itens acima, registrou-se saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 15.663 mil, frente aos R\$ 41.601 mil registrados mesmo período do ano anterior, resultando em redução de R\$ 25.938 mil, equivalente à variação negativa de 62,35%, quando comparado ao montante registrado no mesmo período do ano anterior.

3.2. Prestação de Serviços pelos Auditores Independentes

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), empresa de auditoria independente contratada pela Companhia, além de prestar serviços relativos à auditoria externa das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 2023, também prestou os serviços de asseguarção limitada sobre a estrutura de controles para o processo de compilação e apuração dos índices financeiros ("Relatório ICSD") e de revisão da Escrituração Contábil Fiscal ("ECF").

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2023

Com relação ao ECF, o auditor foi contratado em julho 2022 para execução do serviço de revisão das apurações do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, da Contribuição Social do Lucro Líquido e do arquivo ECF da Companhia, com enfoque nos blocos de apuração da ECF e na consistência de suas informações, tendo como base a documentação suporte. Para a realização do escopo de revisão anual do arquivo ECF, a Companhia dispendeu o montante de R\$ 6.201,17, que corresponde a 8,9% do valor total contratado para os serviços de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Com relação ao Relatório ISCD, a Deloitte foi contratada no mês de agosto de 2022 para sua elaboração, em decorrência de exigência contida na escritura da 1ª emissão de debêntures da Companhia. A partir de então, o Relatório ICSD deverá ser elaborado (i) semestralmente, tendo por base as demonstrações financeiras da Companhia; ou (ii) eventualmente, em caso de distribuição trimestral de dividendos intercalares, com base em lucro acumulado após o término do exercício fiscal anterior, tendo por base demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Para a realização do escopo da asseguarção limitada sobre o Relatório ICSD, a Companhia dispendeu o montante de R\$ 17.699,80 correspondente a 25,37% o valor total contratado para os serviços de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia entende que tal procedimento aperfeiçoa seus processos de governança, e a qualidade dos dados apresentados aos seus acionistas e mercado em geral.

Por se tratar de elemento de asseguarção com base na NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão, bem como pelo fato de que a revisão do ECF se trata de trabalho de *compliance* tributário, esses serviços não resultam na existência de conflito de interesses com os trabalhos de auditoria externa realizados, ou em perda de independência e de objetividade dos auditores.

Os auditores entendem que os serviços mencionados não configuram perda de independência relacionada ao trabalho de auditoria. A Administração também entende que ela não consta dos impedimentos previstos no artigo 23 da Resolução CVM nº 23/2021 e que estão em linha com a Resolução CFC1311.

15 de fevereiro de 2024.

A Administração

Notas Explicativas

BSB ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Da Companhia

A BSB Energética S.A. ("Companhia" ou "BSB"), sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria "B" desde o mês de julho/2022, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, foi constituída em 24 de março de 2000, e tem por objeto social, direta ou indiretamente, a geração de energia elétrica, sua comercialização e distribuição, incluindo toda e qualquer atividade relacionada ao desenvolvimento, planejamento, implantação, operação, manutenção e administração de centrais hidrelétricas, bem como a participação e investimentos em outras sociedades com atividades semelhantes ao objeto social da Companhia como sócia ou acionista.

A Companhia possui a CS Energia S.A. como controladora final e a Eletroriver S.A. ("Eletroriver"), sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, como controladora direta, sendo titular de ações representativas de 91,0% do capital social da Companhia. A participação remanescente (9,0%) é detida pela Companhia Energética de Brasília ("CEB"), sociedade de economia mista e de capital aberto, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou em seu balanço patrimonial capital circulante líquido negativos, no montante de R\$23.329 (R\$988 positivos em 31 de dezembro de 2022). Apesar disso, a Administração entende que não existe risco de continuidade operacional da Companhia, visto que o fluxo de receitas decorrente dos seus investimentos na Brasil PCH, é estável e conhecido, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

Dados da Coligada

A Companhia detém participação equivalente a 30% no capital social da Brasil PCH S.A., sociedade anônima fechada, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, constituída em 23 de março de 2005, em operação desde 4 de abril de 2006, tendo como objeto social a implementação de pequenas centrais hidrelétricas, seja diretamente ou indiretamente, bem como toda e qualquer atividade que seja relacionada a administração, construção, planejamento, operação e manutenção de pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de pequenas centrais hidrelétricas ("Brasil PCH").

A Brasil PCH possui subsidiária integral denominada PCHPAR - PCH Participações S.A. ("PCHPAR") que por sua vez, detém 100% do capital social de 13 Sociedades de Propósito Específico ("SPEs"), titulares, de autorizações concedidas pela Agência Nacional de Energia elétrica ("ANEEL") para exploração de 13 PCHs, com potência total de 291,5MW de potência instalada, pelo período de 30 anos, contado a partir da data de entrada em operação de cada PCH, podendo ser prorrogadas por igual período, nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.783/2013, com redação dada pela Lei nº 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto nº 9.158/2017.

As SPEs estão inscritas e contratadas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), tendo firmado contratos de compra e venda da totalidade da energia por elas gerada, pelo prazo de 20 anos, contados do início de sua operação comercial, Contratos de Compra e Venda de Energia celebrados pelas SPE no âmbito do PROINFA ("CCVE").

Notas Explicativas**BSB Energética S.A.**

Ressalta-se que, em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021, que dispõe acerca da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras") originalmente signatária dos CCVEs, em 07 de junho de 2023, a Eletrobras cedeu tais contratos, à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. ("ENBPar").

2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS**Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023**

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis a Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras:

Pronunciamento	Descrição
CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)	CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro. A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices. O grupo não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17).
Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade	As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política

Notas Explicativas

BSB Energética S.A.

Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação	contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só. Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12 Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.
Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro — Reforma Tributária Internacional — Regra do Modelo do Pilar Dois	O IASB alterou a IAS 12 para clarificar que a norma se aplica aos tributos sobre o lucro decorrentes da legislação fiscal promulgada ou substantivamente promulgada para implementar as regras modelo do Pilar Dois, publicadas pela OCDE, incluindo a legislação fiscal que implementa impostos nacionais mínimos qualificados descritos nessas regras. As alterações introduzem uma exceção temporária aos requisitos contábeis para impostos diferidos na IAS 12, de modo a que uma entidade não reconheça nem divulgue informações sobre ativos e passivos diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois. Após as alterações, o grupo é obrigado a divulgar que aplicou a exceção e a divulgar separadamente sua despesa fiscal atual (receita) relacionada aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois. Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.
Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis	As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas erevisadas e listadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes.

Notas Explicativas**BSB Energética S.A.**

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and Leaseback</i> ”

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**3.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), aplicáveis a empresas no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da CVM e da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade, e classificados como circulantes quando esperado que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas estão descritas a seguir:

4.1. Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro

Notas Explicativas

BSB Energética S.A.

próximo. Portanto, ela continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

4.2. Valor recuperável dos ativos

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, resulta no aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.3. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das seguintes categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Notas Explicativas

BSB Energética S.A.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro bem como não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável, utilizando o método de juros efetivos. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e designados como tais no reconhecimento inicial. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados quando a Companhia possui o direito contratual e a intenção de liquidar os instrumentos financeiros em base líquida ou simultaneamente.

4.3.1. Ativos financeiros

4.3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização, conforme nota explicativa nº 5.

4.3.1.2 Aplicações financeiras

São representados por aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou realização e que não possuem características de caixa e equivalentes conforme nota explicativa nº 6.

Notas Explicativas

BSB Energética S.A.

4.3.2. Passivos financeiros

4.3.2.1 Debêntures

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras (custo amortizado), líquido dos custos de transação.

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das demonstrações financeiras.

4.4. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social, o qual permanece segregado em reserva específica dentro do patrimônio líquido até a sua efetiva aprovação.

4.5. Investimentos em coligadas e joint ventures

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como controlada ou sociedade sob controle comum. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas, ressalvadas as previsões legais.

Uma joint venture é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle de um acordo, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os resultados, ativos e passivos da coligada ou joint ventures são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligada ou joint ventures são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada ou joint venture. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada ou joint venture excede a participação da Companhia naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Companhia na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada ou joint venture.

Na aquisição do investimento em uma coligada ou joint venture, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos

Notas Explicativas**BSB Energética S.A.**

identificáveis da investida é reconhecido como ágio, se aplicável, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

4.6. Impostos de renda e contribuição correntes e diferidos**Correntes:**

Para os anos de 2022 e 2023, o regime fiscal adotado pela Companhia foi do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Diferidos:

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração dos impostos. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante do reconhecimento inicial de ágio.

Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual se espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

4.7. Segmentos operacionais

A Companhia atua em um único segmento operacional, uma vez que detém, exclusivamente, a participação indireta, exercendo influência significativa em 13 SPEs titulares, respectivamente, de Autorização da ANEEL para exploração de 13 PCH's. Nesse contexto, essas demonstrações financeiras não possuem nota explicativa de informação por segmento.

4.8. Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui

Notas Explicativas

BSB Energética S.A.

instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

4.9. Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos.

Os ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos em aquisições de participações adicionais de investidas têm seus valores justos mensurados na data da aquisição. Determinadas premissas são adotadas pelos avaliadores para determinação de tais valores justos, considerando-se o método da aquisição, por meio do qual os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Premissas também são adotadas pelos avaliadores na determinação da vida útil remanescentes dos ativos das investidas, sendo a mais valia dos ativos subjacentes amortizada, com base na vida útil estimada na data da aquisição.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado.

A administração efetuou a avaliação do valor recuperável dos saldos de investimentos em coligadas e reconheceu provisão para redução ao valor recuperável no primeiro semestre de 2022, no montante de R\$1.037. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração fez nova análise e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável “*impairment*” adicional.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração efetuou a avaliação do valor recuperável dos saldos de investimento em coligadas e não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável “*impairment*”. O valor recuperável dos saldos de investimentos em coligadas foi determinado com base no valor justo. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa trazidas a valor presente pela taxa de desconto nominal (de 10,99% a.a. a 12,83% a.a.), e são baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração das coligadas para o ano de 2023. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de um ano foram extrapolados com base no planejamento estratégico das coligadas, sendo considerado nas premissas de preço, o término do contrato Proinfra nos anos de 2028 e 2029 e o término da 1ª autorização das SPEs entre os anos de 2038 e 2039, conforme o caso. O fluxo de caixa é previsto até o final das autorizações entre os anos de 2068 e 2069, vide informações adicionais na nota explicativa nº 9.

- (ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos: em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havia, na Companhia, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias e saldo de prejuízos fiscais, visto que não há histórico de lucro tributável, tampouco evidências positivas de lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizadas.

- (iii) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 16 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas**BSB Energética S.A.**

(iv) Mensurações do valor justo dos ativos de participação adicional em coligadas: A Companhia mensurou os ativos adquiridos e passivos assumidos em função de combinação de negócios.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bancos	-	-
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários	15.663	41.601
Total	<u>15.663</u>	<u>41.601</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário – CDB, realizadas pela Companhia junto ao Banco Itaú Unibanco (“Itaú”), apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são remuneradas por taxas de mercado que variam de 100,0% a 101,5% (101,5% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fundos de investimento em renda fixa	-	36
Total	<u>-</u>	<u>36</u>

Referem-se às aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa, mantidas junto a instituições financeiras, mas que não atendem todos os requisitos para sua classificação como equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2023, não havia saldos em fundos abertos de renda fixa, enquanto, em 31 de dezembro de 2022, a remuneração destas aplicações variou entre 102,7% e 122,4% do CDI.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar estão assim demonstrados:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRRF retido sobre aplicação financeira 2019	42	38
IRRF retido sobre aplicação financeira 2022	941	838
IRRF retido sobre aplicação financeira 2023	840	-
Total	<u>1.823</u>	<u>876</u>
Circulante	426	-
Não circulante	1.397	876

8. DIVIDENDOS A RECEBER

Refere-se à constituição de dividendos a receber da coligada da Companhia, Brasil PCH, conforme movimentação abaixo:

	<u>Saldo</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Constituição de dividendos	108.705
Dividendos recebidos	<u>(108.705)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>

Notas Explicativas

BSB Energética S.A.

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Constituição de dividendos (*)	142.072
Dividendos recebidos	(99.856)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>42.216</u>

(*) Em 15 de fevereiro de 2023, em sede de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Brasil PCH foi aprovada a distribuição dos dividendos adicionais propostos em 31 de dezembro de 2022, e em 10 de agosto de 2023, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a distribuição dos dividendos intermediários relativos ao período findo em 30 de junho de 2023.

9. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia, em 31 de dezembro de 2023, detém 28.256.349 ações ordinárias de emissão da Brasil PCH, representativas de 30% do capital social da coligada, mantendo, assim, a mesma posição de 31 de dezembro de 2022.

As participações nas coligadas diretas e indiretas, as quais a Companhia exerce influência significativa são demonstradas conforme segue:

Investidas	Investimento	Localização	Participação %	
			31/12/2023	31/12/2022
1. Brasil PCH S.A.	Coligada direta	Município de Belo Horizonte (MG)	30,0%	30,0%
1.1. PCHPAR PCH Participações S.A.	Coligada indireta	Município de Belo Horizonte (MG)	30,0%	30,0%
1.1.1. Bonfante Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Simão Pereira (MG)	30,0%	30,0%
1.1.2. Carangola Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Carangola (MG)	30,0%	30,0%
1.1.3. Calheiros Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Bom Jesus do Itabapoana (RJ)	30,0%	30,0%
1.1.4. Caparaó Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Dolores do Rio Preto (ES)	30,0%	30,0%
1.1.5. Funil Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Dolores do Guanhães (MG)	30,0%	30,0%
1.1.6. Irara Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Jataí (GO)	30,0%	30,0%
1.1.7. Jataí Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Jataí (GO)	30,0%	30,0%
1.1.8. Monte Serrat Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Comendador Levy Gasparian (RJ)	30,0%	30,0%
1.1.9. Retiro Velho Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Aporé (GO)	30,0%	30,0%
1.1.10. Santa Fé Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Três Rios (RJ)	30,0%	30,0%
1.1.11. São Joaquim Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Alfredo Chaves (ES)	30,0%	30,0%
1.1.12. São Pedro Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Domingos Martins (ES)	30,0%	30,0%
1.1.13. São Simão Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Alegre (ES)	30,0%	30,0%

Os principais saldos patrimoniais da coligada direta, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, são apresentados no quadro a seguir:

	31/12/2023				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Brasil PCH S.A.	312.076	995.198	456.580	502.869	347.825
Total	<u>312.076</u>	<u>995.198</u>	<u>456.580</u>	<u>502.869</u>	<u>347.825</u>

	31/12/2022				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Brasil PCH S.A.	304.722	1.010.420	293.968	644.892	376.282
Total	<u>304.722</u>	<u>1.010.420</u>	<u>293.968</u>	<u>644.892</u>	<u>376.282</u>

Notas Explicativas**BSB Energética S.A.**

Os principais saldos de resultado da coligada direta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são apresentados conforme segue:

	31/12/2023				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Brasil PCH S.A.	717.591	596.223	578.026	495.763	448.473
Total	<u>717.591</u>	<u>596.223</u>	<u>578.026</u>	<u>495.763</u>	<u>448.473</u>

	31/12/2022				
	Receita líquida	Lucro Bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Brasil PCH S.A.	714.371	594.013	590.480	488.863	438.518
Total	<u>714.371</u>	<u>594.013</u>	<u>590.480</u>	<u>488.863</u>	<u>438.518</u>

A movimentação do investimento é apresentada a seguir:

	Custo	Mais valia	Ágio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	87.250	177.276	91.249	355.775
Equivalência patrimonial	131.556	(3.357)	(1.037)	127.162
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	2.783	-	-	2.783
Dividendos aprovados	(108.705)	-	-	(108.705)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	112.884	173.919	90.212	377.015
Saldo em 31 de dezembro de 2022	112.884	173.919	90.212	377.015
Equivalência patrimonial	134.542	(3.452)	-	131.090
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	(1.007)	-	-	(1.007)
Dividendos aprovados	(142.072)	-	-	(142.072)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>104.347</u>	<u>170.467</u>	<u>90.212</u>	<u>365.026</u>

O ágio é submetido anualmente a testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao valor recuperável.

Para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia determinou o valor recuperável dos saldos de investimentos em coligadas sujeitas a análise de recuperabilidade com base no valor justo. O valor recuperável de cada coligada indireta (considerada separadamente como uma Unidade Geradora de Caixa – “UGC”) foi determinado com base nos fluxos de caixa futuros, em Reais, pós-impostos e descontados à taxa pós-impostos (10,99% a.a. para UGCs enquadradas no regime tributário de Lucro Real e 12,83% a.a. para empresas enquadradas no Lucro Presumido), que reflete as avaliações atuais de mercado acerca do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos dos ativos para os quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso ou valor justo. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamento financeiros aprovados pela administração das coligadas. As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas em todos os anos até o período final de autorização nos anos de 2068 e 2069. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de um ano, foram extrapolados considerando como premissas:

- Geração de resultados no ambiente do “PROINFA”. Todas as UGCs estão integralmente contratadas no “PROINFA” até os anos de 2028/2029 data de encerramento dos contratos. Uma vez encerrados os contratos “PROINFA” e até o final das Autorizações entre os anos de 2068/2069, conforme o caso,

Notas Explicativas

BSB Energética S.A.

a energia produzida, pelas PCHs, será comercializada no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") por meio de contratos bilaterais. Para a projeção de resultados no "ACL" a Companhia usou como principal referência de preços futuros a Curva "Foward" divulgada pela DCIDE.

- Para custos e despesas regulatória, a Companhia aplica a metodologia de cálculo prevista na Legislação vigente, enquanto para os demais custos e despesas operacionais, a Companhia mantém as premissas aplicadas ao seu modelo financeiro, devidamente atualizadas com base em projeções macroeconômicas divulgadas pelo Sistema de Expectativas do Banco Central do Brasil (FOCUS).

Comparando o valor recuperável de cada UGC com o seu valor contábil não foram identificadas perdas por desvalorização adicional a serem reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. DEBÊNTURES

Em 10 de setembro de 2021, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, que aprovou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da Companhia, por meio da qual foram emitidas 345.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1 na data de emissão, perfazendo o montante total de R\$345.000. Os juros e o principal serão pagos semestralmente nos meses de abril e outubro de cada ano. O primeiro pagamento (principal e juros) ocorreu em 15 de abril de 2022 e o último pagamento ocorrerá em 15 de abril de 2030.

a) Composição das Debêntures

	Quantidade	Valor Nominal	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures -Série Única (IPCA + 7,04%)	345.000	0,9351	322.618	346.005
(-) Custo com transação com debêntures			(7.218)	(8.437)
			<u>315.400</u>	<u>337.568</u>
Passivo circulante			45.778	40.596
Passivo não circulante			269.622	296.972

b) Movimentação das Debêntures

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2021	341.490
Encargos provisionados	43.478
Pagamento encargos	(21.819)
Pagamento principal	(26.504)
Apropriação do custo de transação	(284)
Custo de transação	1.207
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>337.568</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	337.568
Encargos provisionados	38.377
Pagamento encargos	(23.561)
Pagamento principal	(38.203)
Custo de transação	1.219
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>315.400</u>

A Companhia outorgou garantias, bem como está sujeita a cláusulas restritivas ("Covenants"), incluindo, dentre outras, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão do controle societário,

Notas Explicativas**BSB Energética S.A.**

incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores. As cláusulas restritivas e as garantias relacionadas à operação são as seguintes:

10.1. Restrições

A Companhia está sujeita a “*Covenants*”, incluindo dentre outras, restrições quanto à alteração do tipo societário, mudança do controle acionário, concessão de preferência a outros créditos em detrimento das debêntures, celebração de contratos de adiantamento para futuro aumento de Capital e/ou de mútuo, alteração do objeto social, dissolução, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores, bem como a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida (“*ICSD*”) de 1,20x ou superior. O não cumprimento dos “*Covenants*” e demais disposições contratuais pode ocasionar o vencimento antecipado da dívida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou ICSD de 1,62x, superior, portanto, ao índice determinado na escritura de 1,20x. Sendo assim, o ICSD está em conformidade com as determinações previstas na escritura de emissão de debêntures.

10.2. Garantias

As ações de emissão da Brasil PCH detidas pela BSB, representativas de 30% do capital social da coligada, bem como quaisquer novas ações de emissão da Brasil PCH que venham a ser subscritas ou de qualquer forma adquiridas pela Companhia, incluindo todos os direitos e frutos delas decorrentes, foram dados em garantia da emissão de debêntures da Companhia, por meio da celebração do contrato de alienação fiduciárias de ações.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**11.1. Capital social**

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 22 de dezembro de 2022, foi aprovado, dentre outras matérias, o aumento de capital, dos anteriores R\$1.957 para os atuais R\$18.106, com a emissão de 1.071.177 ações ordinárias ao preço de emissão de, aproximadamente, R\$15,08 (quinze reais e oito centavos) por ação, representando um aumento no valor de R\$16.149. O aumento se deu a partir da incorporação dos saldos dos adiantamentos para futuro aumento de capital, no montante de R\$16.125 e da Reserva para investimento o montante de R\$24.

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de R\$18.106, representado por 3.028.501 ações, conforme demonstrado a seguir:

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	%	Valor integralizado
Companhia Energética de Brasília – CEB	272.565	9%	1.627
Eletroriver S.A.	2.755.936	91%	16.479
Total	<u>3.028.501</u>	<u>100%</u>	<u>18.106</u>

11.2. Reserva Legal

Constituída em conformidade com a Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o estatuto social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Considerando

Notas Explicativas

BSB Energética S.A.

que a Companhia já atingiu o limite de 20% sobre o capital social, valores adicionais não estão sendo destinados à composição da reserva legal.

11.3. Reserva de lucros

A reserva de lucros registra o montante do lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e do cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto artigo 202, § 5, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser paga a título de dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

11.4. Dividendos a pagar

O Estatuto Social da Companhia estabelece que após a constituição da reserva legal, o saldo total remanescente do lucro do exercício, se existente, deve ser atribuído ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, estabelecido em 25% (vinte e cinco por cento).

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	94.340	86.142
Reserva Legal (5% até o limite de 20% do capital social) (*)	-	(3.230)
Base de cálculo dos dividendos	94.340	82.912
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	23.585	20.728
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório pagos	(7.700)	(20.728)
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório a pagar	(15.885)	-
Dividendos declarados adicionais	(19.963)	(3.962)
Dividendos propostos adicionais	(50.792)	(58.222)

(*) Não houve constituição de reserva legal em 31 de dezembro de 2023, visto que a Companhia já havia atingido limite legal de 20% do capital social.

Abaixo demonstrada a movimentação dos dividendos:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Dividendos adicionais de 2021	23.555
Dividendos aprovados de 2022	24.690
Dividendos distribuídos através de reserva para investimento	1.542
Dividendos pagos sobre a reserva de investimento	(1.542)
Dividendos pagos de 2021	(23.555)
Dividendos pagos de 2022	(24.690)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Dividendos adicionais aprovados (*)	58.222
Proposição de dividendos intermediários (**)	43.548
Dividendos pagos	(65.922)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	35.848

Notas Explicativas**BSB Energética S.A.**

(*) Os dividendos adicionais foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida no dia 13 de março de 2023.

(**) A proposição de dividendos intermediários foi aprovada em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 10 de agosto de 2023.

11.5. Reserva para investimento

Na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2022 foi aprovado, dentre outras matérias, o pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$1.566, que corresponde à totalidade dos valores antes mantidos na Reserva de Investimento da Companhia, extinta na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2022. O montante foi distribuído aos acionistas na proporção de sua participação no capital social, sendo o valor de R\$ 1.425 destinado à Eletroriver e R\$ 141 à CEB, dos quais R\$ 117 foram pagos como dividendos e o montante de R\$ 24 contabilizado como crédito para futuro aumento de capital da Companhia (utilizado nessa mesma data para integralizar aumento de capital aprovado).

11.6. Ajuste de avaliação patrimonial reflexa

Representado pelos ganhos ou perdas acumuladas reflexas dos instrumentos de “hedge” de fluxo de caixa firmados pela coligada Brasil PCH. O valor negativo reconhecido como parcela de outros resultados abrangentes de coligadas foi de R\$ 1.005 negativos em 2023 (R\$ 2.783 em 31 de dezembro de 2022).

12. LUCRO POR AÇÃO

Abaixo quadro contendo as informações consideradas pela Companhia para cálculo do lucro básico e diluído por ação. Importante destacar que a Companhia não possui instrumentos financeiros diluídos.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do período	94.340	86.142
Lucro por ação básico diluído:		
Ações Disponíveis	3.028.501	1.983.737
Lucro por ação básico e diluído (em R\$)	31,1507	43,4241

Remuneração da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração da Administração foi de R\$ 51 (R\$ 41 em 31 de dezembro de 2022). Cumpre ressaltar que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo pagos pela Companhia aos seus administradores.

13. DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas administrativas	(5)	(42)
Despesas pessoal e administradores	(61)	(48)
Serviços de terceiros	(305)	(533)
Tributos	(168)	(389)
Outras despesas	-	(23)
Total	<u>(539)</u>	<u>(1.035)</u>

Notas Explicativas

BSB Energética S.A.

14. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras:		
Juros e atualizações sobre debêntures	(38.377)	(43.478)
Atualização monetária sobre contas a pagar	-	(779)
Custos de transação de debêntures	(1.219)	(1.207)
Outras despesas financeiras	(128)	(126)
Total	<u>(39.724)</u>	<u>(45.590)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.406	5.599
Outras receitas financeiras	107	6
Total	<u>3.513</u>	<u>5.605</u>
Total	<u>(36.211)</u>	<u>(39.985)</u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia adota a modalidade de apuração pelo regime de lucro real, razão pela qual calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido tendo como base esse regime. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	94.340	86.142
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(32.076)	(29.288)
Exclusões (adições) permanentes:		
Efeito Fiscal da equivalência patrimonial de coligadas	44.571	43.235
Ajustes permanentes	-	-
Crédito tributário não constituído (*)	<u>(12.495)</u>	<u>(13.947)</u>
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>-</u>	<u>-</u>

(*) A Companhia possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R\$ 81.202 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 41.020 em dezembro de 2022). Em função de não haver expectativa futura de geração de base tributária, a recuperação desses créditos fiscais é remota, motivo pelo qual não foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre tais valores.

O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, além de considerar a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROSGestão do risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas**BSB Energética S.A.**

Quanto aos ativos, a Companhia avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado 100% a 101,5% do CDI, conforme apresentado na nota explicativa nº 5.

Já quanto aos passivos, conforme saldos apurados ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia está exposta às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), em razão da atualização monetária prevista nos contratos da 1ª emissão de debêntures da Companhia.

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez decorre de fatores que possam ocasionar a impossibilidade da Companhia de realizar pagamentos de dívidas, incluindo aqueles relativos às debêntures por ela emitidas, no volume, preço, e momento exigível.

A Companhia mitiga o risco de liquidez a qual está exposta realizando o monitoramento contínuo das previsões das exigências de liquidez de suas dívidas ou das dívidas de suas investidas, bem como por meio da manutenção de saldos aplicados classificados como caixa e equivalentes passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Tabelas do risco de liquidez

A seguir, são apresentados os passivos financeiros não derivativos da Companhia e o montante a ser pago nos períodos destacados. Cumpre ressaltar que os passivos financeiros foram calculados de acordo com os fluxos de caixa não descontados da Companhia, tendo como base a data mais próxima na qual a Companhia possui expectativa de liquidar suas obrigações, além de considerarem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros com encerramento em 31 de dezembro de 2023.

	Nota	Posição Contábil	Total Fluxo Futuro	3 meses a 1 ano	1 a 8 anos
Debêntures (*)	10	322.618	439.250	65.357	373.893
Total		322.618	439.250	65.357	373.893

(*) A posição contábil apresentada representa somente o saldo do principal e juros registrado na data desconsiderando seus custos de transação. Para maiores informações ver nota explicativa nº 10.

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que a Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros da Companhia, seus valores contábeis demonstrados por categoria seguem abaixo:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<u>Ativos financeiros</u>			
Mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.663	41.601
Aplicações financeiras	6	-	36
<u>Passivos financeiros</u>			
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:			
Fornecedores	-	-	26
Debêntures	10	322.618	346.005
Custo de transação das debêntures	10	(7.218)	(8.437)

Notas Explicativas

BSB Energética S.A.

Já no que se refere ao valor justo desses ativos e passivos financeiros, esse é calculado por meio da projeção do fluxo de caixa futuro da Companhia, tendo como base a projeção da curva da taxa de juros; na sequência, o montante é trazido a valor presente, valendo-se dos dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado em 31 de dezembro de 2023, ou da taxa calculada com base nas condições do pagamento do prêmio de resgate antecipado facultativo estabelecido nas escrituras de emissão de debêntures da BSB e de sua investida, conforme o caso. Exceto pelas debêntures, cujo valor justo estimado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 345.580 (R\$362.650 em 31 de dezembro de 2022) é, o valor justo dos demais ativos e passivos financeiros da Companhia é próximo do seu valor contábil.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais projetadas para o ano de 2023 (fonte Boletim Focus datado de 29 de dezembro de 2024) CDI (11,75%) e IPCA (4,46%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

Operação	Exposição 31/12/2023	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Caixa e equivalentes de caixa	15.663	Baixa do CDI	1.840	1.380	920

Operação	Exposição 31/12/2023	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Debêntures	322.618	Alta do IPCA + 7,04%	37.101	46.376	55.652

A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

Gestão do risco de capital

Considerando que a Companhia possui debêntures emitidas, ela está exposta ao risco de capital em virtude de sua alavancagem financeira que, embora proporcione oportunidades de retorno aos acionistas, aumenta a exposição da Companhia a possíveis oscilações nos resultados operacionais, fator que pode afetar o retorno sobre o patrimônio líquido.

Com o objetivo de mitigar essa exposição ao risco de capital, a Companhia monitora a dívida (debêntures) e seus indicadores financeiros de forma constante, bem como realiza análises de sensibilidade à variação das taxas de juros e dos fluxos de caixa, de modo a garantir a longevidade dos negócios da Companhia e a maximização do retorno aos acionistas.

Um dos mecanismos de monitoramento utilizado pela Companhia é o índice de alavancagem financeira, que corresponde ao endividamento líquido expresso como percentual do capital total, em que o endividamento líquido é equivalente ao saldo total das debêntures (incluindo o pagamento das parcelas no curto e no longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa; e o capital total é apurado através da soma do endividamento líquido com o patrimônio líquido, excluídos os custos de captação.

Notas Explicativas**BSB Energética S.A.**

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023, comparados àqueles obtidos em 31 de dezembro de 2022 são:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Debêntures (nota explicativa nº 10)	322.618	346.005
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (notas explicativas nº 5 e 6)	<u>(15.663)</u>	<u>(41.637)</u>
Endividamento líquido (a)	<u>306.955</u>	<u>304.368</u>
 Total do patrimônio líquido	 <u>73.472</u>	 <u>81.907</u>
 Total do capital (b)	 <u>380.427</u>	 <u>386.275</u>
Índice de alavancagem financeira % (a/b)	<u>81%</u>	<u>79%</u>

17. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação dessas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em 07 de fevereiro de 2024.

Composição do Conselho de Administração

José Guilherme A. do Nascimento -
Presidente

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho
Vice-presidente

Jorge Antônio Carvalho Lima - Conselheiro

Patrícia Pereira Kleiber – Conselheira

Composição da Diretoria

Wanderson Silva de Menezes
Diretor Presidente

José Guilherme Antloga do Nascimento
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto
Diretor

Contador Responsável

Braulio Rio Sá - Contador
CRC: MG 117577/O - 2

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Aos Acionistas e Administradores da BSB Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BSB Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BSB Energética S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recuperabilidade de investimentos em coligadas ("Impairment")

Por que foi considerado um PAA

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia possui saldos significativos decorrentes de participação em coligadas, que estão sujeitos à avaliação anual de "impairment".

Esse assunto foi tratado como principal assunto de auditoria em virtude da representatividade desses ativos, bem como pelo fato de os modelos utilizados nos testes de "impairment" envolverem subjetividade e julgamento por parte da Diretoria. Esses julgamentos são fundamentados em premissas que podem ser afetadas por eventos futuros de mercado, principalmente aquelas associadas com as projeções dos fluxos de caixa e com a taxa de desconto utilizadas. Devido à relevância dos saldos, ao nível de incerteza e ao grau de julgamento inerentes à determinação dos valores recuperáveis correspondentes, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa - UGCs; (ii) o envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação das projeções elaboradas pela Diretoria para recuperabilidade desses ativos; (iii) a avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros; (iv) a avaliação da metodologia de cálculo e análise de sensibilidade das premissas; e (v) a revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios e as premissas adotados pela Diretoria sobre o teste de valor recuperável de investimentos em coligadas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às

demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG

Alexandre Borges de Oliveira
Contador
CRC nº MG 119313/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

(i) Wanderson Silva de Menezes, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 1.739.526, emitido pela SSP/DF, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF") sob o nº 693.672.641-00, com endereço comercial na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Prudente de Moraes, nº 1.250, 11º andar, bairro Coração de Jesus, CEP 30.380-252; (ii) Walter Nunes Seijo Neto, Diretor de Relações com Investidores, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.846.392-52, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 891.023.715-53, com endereço comercial na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Prudente de Moraes, nº 1.250, 11º andar, bairro Coração de Jesus, CEP 30.380-252; e (iii) José Guilherme Antloga do Nascimento, Diretor sem Designação Específica, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletricitista, portador da Cédula de Identidade nº 8.300/D, expedida pelo CREA-DF, inscrito no CPF sob o nº 652.602.876-49, com endereço comercial na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Prudente de Moraes, nº 1.250, 11º andar, bairro Coração de Jesus, CEP 30.380-252; doravante denominados simplesmente "Declarantes", na qualidade de Diretores da BSB ENERGÉTICA S.A., sociedade anônima com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Prudente de Moraes, nº 1.250, 11º andar, bairro Coração de Jesus, CEP 30.380-252, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob nº 03.820.456/0001-96 ("Companhia"), vêm, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declarar que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2024.

BSB ENERGÉTICA S.A.

WANDERSON SILVA DE MENEZES
Diretor Presidente

WALTER NUNES SEIJO NETO
Diretor de Relações com Investidores

JOSÉ GUILHERME ANTLOGA DO NASCIMENTO
Diretor Sem Designação Específica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

(i) Wanderson Silva de Menezes, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 1.739.526, emitido pela SSP/DF, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF") sob o nº 693.672.641-00, com endereço comercial na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Prudente de Moraes, nº 1.250, 11º andar, bairro Coração de Jesus, CEP 30.380-252; (ii) Walter Nunes Seijo Neto, Diretor de Relações com Investidores, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.846.392-52, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 891.023.715-53, com endereço comercial na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Prudente de Moraes, nº 1.250, 11º andar, bairro Coração de Jesus, CEP 30.380-252; e (iii) José Guilherme Antloga do Nascimento, Diretor sem Designação Específica, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletricitista, portador da Cédula de Identidade nº 8.300/D, expedida pelo CREA-DF, inscrito no CPF sob o nº 652.602.876-49, com endereço comercial na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Prudente de Moraes, nº 1.250, 11º andar, bairro Coração de Jesus, CEP 30.380-252; doravante denominados simplesmente "Declarantes", na qualidade de Diretores da BSB ENERGÉTICA S.A., sociedade anônima com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Prudente de Moraes, nº 1.250, 11º andar, bairro Coração de Jesus, CEP 30.380-252, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob nº 03.820.456/0001-96 ("Companhia"), vêm, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declarar que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2024.

BSB ENERGÉTICA S.A.

WANDERSON SILVA DE MENEZES
Diretor Presidente

WALTER NUNES SEIJO NETO
Diretor de Relações com Investidores

JOSÉ GUILHERME ANTLOGA DO NASCIMENTO
Diretor Sem Designação Específica